

## **EXPANSÕES DEMOCRÁTICAS:**

contribuições da teoria crítica feminista de Nancy Fraser à filosofia política contemporânea

Niege Pavani

PPGFil Unicamp | Pensamento Ético-Político

orientadora: Yara Adario Frateschi

### **RESUMO**

Procuro neste breve ensaio assinalar possíveis contribuições e contradições postas pelo movimento social feminista e suas formulações teóricas junto ao debate da filosofia política contemporânea. Com maior ênfase, interessa-me aqui pôr em diálogo as doutrinas democráticas ocidentais de viés progressista com a teoria crítica feminista. Busco compreender os fundamentos constitutivos da concepção de democracia nos marcos do atual estágio do capitalismo e do neoliberalismo, aprofundando suas incompletudes no que diz respeito à própria atribuição objetiva e subjetiva de direitos e acessibilidade do Estado pela totalidade de seu povo. Nesse sentido, trazer ao debate democrático a teoria crítica feminista é, ao mesmo tempo, reconceituar o capitalismo no interior dessas doutrinas a partir de uma “concepção expandida de capitalismo”, como defende Nancy Fraser, desfazendo a noção de mero sistema econômico e ampliando para a ideia de “uma forma de uma vida inteira”. As consequências desse reposicionamento conceitual oferecem adições fundamentais para a filosofia política, incorporando nesta temas ainda em disputa entre teóricos e ideólogos, seja na tradição marxista ou liberal, como a centralidade da crise socio-reprodutiva nas sociedades ocidentais e a expropriação de territórios e culturas não ocidentais no período de acumulação pré-capitalista. Cada um desses temas força sua entrada pela incorporação dos acúmulos dos movimentos sociais como o feminista no coração das teorias políticas, não mais como contradições secundárias do capitalismo, mas como historicizadoras deste, e, portanto, parte necessária qual deve se debruçar toda perspectiva expandida de democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia. Feminismo. Filosofia política. Nancy Fraser. Teoria crítica.

## **DEMOCRATIC EXPANSIONS:**

contributions of Nancy Fraser's feminist critical theory to contemporary political philosophy

### **ABSTRACT**

In this brief essay, I try to point out possible contributions and contradictions posed by the feminist social movement and its theoretical formulations in the debate of contemporary political philosophy. With greater emphasis, I am interested here in putting Western democratic doctrines of progressive bias in dialogue with feminist critical theory. I seek to understand the constitutive foundations of the conception of democracy within the framework of the current stage of capitalism and neoliberalism, deepening its incompleteness with regard to the objective and subjective attribution of rights and accessibility of the State by the totality of its people. In this sense, bringing feminist critical theory to the democratic debate is, at the same time, reconceptualizing capitalism within these doctrines from an “expanded conception of capitalism”, as defended by Nancy Fraser, undoing the notion of a mere economic system and expanding to the idea of “a form of a lifetime”. The consequences of this conceptual repositioning offer fundamental additions to political philosophy, incorporating in it themes still in dispute between theorists and ideologues, whether in the Marxist or liberal tradition, such as the centrality of the socio-reproductive crisis in Western societies and the expropriation of non-Western territories and cultures in the period of pre-capitalist accumulation. Each of these themes forces its way in by incorporating the accumulations of social movements such as the feminist movement at the heart of political theories, no longer as secondary contradictions of capitalism, but as historicizing it, and therefore a necessary part of which every expanded perspective of capitalism must focus. democracy.

**KEYWORDS:** Democracy. Feminism. Political philosophy. Nancy Fraser. Critical theory.

## 1. Introdução

Em *Capitalismo em debate*, Fraser e Jaeggi<sup>1</sup> travam debate sobre a concepção atualizada de capitalismo que pauta a Teoria Crítica, passando pelo crivo de acúmulos de diversos movimentos sociais forjados no século XX, em particular, o feminismo. Interessa-me aqui absorver algumas das teses apresentadas no referido texto, como: **i.** a hipótese de que o processo constitutivo do capitalismo se deu a partir do “rompimento de unidade prévia”<sup>2</sup> estabelecida nos modos de produzir coisas e possuir terras; e **ii.** que considerando o atual estágio do capitalismo financeirizado, organizado a partir do receituário neoliberal, que, apesar de despontar em alguns Estados com faceta progressista, por princípio é um sistema de divisão e exploração de gênero, raça e classe, ademais suas iniciativas e propagandas inclusivas e democráticas.

As duas teses apresentadas por Fraser não são inéditas. No caso da primeira, há, de fato, toda uma tradição de produção intelectual contra-hegemônica enraizada nos movimentos sociais internacionalistas que disputam desde Engels e seu *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*<sup>3</sup>, o debate e a atualização na teoria marxista da produção sobre qual o papel que a reprodução social ocupa na geração da riqueza capitalista, e como a fabricação do sistema gênero se impõe pela manutenção dessa fração produtiva oculta pelo economicismo - abordagem verificada, inclusive, em parte dos próprios críticos do capitalismo. Das utopias socialistas à experiência soviética, o tema da reprodução social está posto pelas teóricas do feminismo e pensadoras de disciplinas sociais diversas cuja obra foi atravessada por temas políticos. Contudo, há uma história a percorrer para contextualizar o que significa exatamente conceber um intra-sistema de exploração de trabalho. Há nuances e divergências entre as marxistas, por exemplo, sobre o que delimita exatamente tanto a ocupação do trabalho reprodutivo em si, quanto o programa político que o transportaria para seu estágio superado ou em termos práticos, a sua aniquilação. Tratarei dessas nuances no tópico 2.1, e reforçarei qual concepção se adequará esta leitura aqui trabalhada.

Quanto a segunda tese, é pertinente considerar sob qual terreno da História a crítica feminista sobre o capitalismo e sua constituição entrelaçada ao sistema de opressão de gênero está fundamentada. O período considerado será a atualidade do tempo presente, pois o objetivo fundamental deste mapeamento do debate não é apenas historiografar o diálogo entre

---

<sup>1</sup> FRASER, N.; JAEGLI, R. *Capitalismo em debate*. Uma conversa na teoria crítica. Boitempo, 2020.

<sup>2</sup> *idem*

<sup>3</sup> ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Civilização Brasileira, 1977.

as críticas contra o capitalismo e o patriarcado, mas localizar no debate político em curso qual o lugar ou a ausência deste para uma concepção expandida de sujeitos de direito nas doutrinas democráticas.

Sendo assim, mais adiante tentarei detalhar três aspectos das leituras acima apontadas e examinadas: **1.** especificar a definição aqui adotada sobre a reprodução social e sua função no modo geral de produção capitalista, **2.** a omissão e limites de superação deste modelo de exploração mesmo se considerando as teorias sobre democracia mais arrojadas, e por fim, **3.** como a crítica feminista e sua característica interligada à dinâmica dos conflitos sociais em andamento, aponta para alguns dos caminhos possíveis para a superação desses limites ou ainda, a inclusão da pauta no debate em curso. Em síntese, o propósito aqui é fazer do feminismo e seu objeto de mobilização - as opressões de gênero - enquanto corrente do pensamento filosófico ocidental parte ativa do debate político, não só como lateral à uma super-estrutura, mas como elemento fundacional de um todo.

## **2. Reprodução social em uma perspectiva ampliada: materialismo e subjetividade**

A concepção aqui adotada sobre a teoria da reprodução social será a de Fraser<sup>4</sup>. Cabe destacar que a função de posicionar o referencial teórico aqui utilizado tem objetivo metodológico, mas também visa reforçar uma questão de conteúdo: sua inerência à gênese<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate*. Uma conversa na teoria crítica. Boitempo, 2020.

<sup>5</sup> Uma justificativa: fazer alusão à uma datação histórica do feminismo em torno do debate sobre a reprodução social tem uma importância decisiva para o ponto de vista adotado nesta análise, que é a de determinar quais leituras do feminismo aparecerão por aqui. Serão, certamente, as que visam questionar o modo produtivo e reprodutivo, e não somente a redistribuição de valor ou acesso ao aparelho do Estado. A tese aqui adotada é a de que o conceito de reprodução social inaugura a pauta permanente da verificação das desigualdades entre homens e mulheres no ocidente. Inclusive, será a partir deste problema do feminismo que o caminho mais sólido do debate de gênero se faz para a prova de um ponto, a saber, de que a expropriação do trabalho de cuidados e reprodutivos é uma cifra oculta da geração de mais-valia. Essa é uma querela inclusive do marxismo tradicional, uma vez que a ideia de as funções desempenhadas pelas 'donas de casa' não eram centrais para a acumulação do capital, portanto caracterizado como trabalho não produtivo. Há uma virada nessa análise nos anos 70 do século XX que passa a caracterizar a casa como a "fábrica social" do capitalismo. Aqui, vale mencionar o trabalho de FEDERICI: "Não surpreende que a discussão de Marx sobre 'reprodução simples' tenha iluminado teoricamente esse processo. Descobrir em Marx que as atividades que reproduzem a força de trabalho são essenciais à acumulação capitalista provou a dimensão de classe de nossa rejeição. Mostrou que esse trabalho, tão menosprezado, sempre aceito como algo natural e sempre rejeitado por socialistas como ultrapassado, tem sido, na verdade, o pilar da organização capitalista do trabalho. Isso solucionou a controversa questão da relação entre gênero e classe e nos deu as ferramentas para analisar conceitualmente não apenas a função da família, mas a profundidade do antagonismo de classe que está na raiz da sociedade capitalista. De um ponto de vista prático, essa leitura confirmou que, como mulheres, não temos de nos juntar aos homens nas fábricas para sermos parte da classe trabalhadora e ingressar em uma luta anticapitalista. Poderíamos lutar de forma autônoma, começando a partir de nosso trabalho em casa, como o 'centro nervoso' da produção da mão de obra" [FEDERICI, S. *O patriarcado do salário*. Notas sobre Marx, gênero e feminismo. Boitempo, 2021, pág. 81-82].

da forma organizativa e a fundamentação política que se desenvolve o feminismo ocidental<sup>6</sup> marxista e anticapitalista. Trata-se, também, de estabelecer o ponto zero histórico que será alvo de interesse aqui. Cito a própria autora:

Para mim, a reprodução social abarca a criação, a socialização e a subjetivação de seres humanos no modo mais geral, em todos os seus aspectos. Ela também inclui o fazer e o refazer da cultura, das várias camadas de intersubjetividade que os seres humanos habitam - solidariedades, significados sociais e horizontes de valor nos quais e por meio dos quais vivemos e respiramos. Além disso, quero desenvolver uma visão ampliada dos lugares onde a reprodução social se localiza na sociedade capitalista. À diferença das feministas-marxistas, que associam essa atividade exclusivamente à esfera doméstica do lar, vejo-a ocorrer em diversos lugares, incluindo, como acabo de mencionar, vizinhanças, mas também, cada vez mais, em espaços mercantilizados<sup>7</sup>.

O alargamento conceitual apresentado por Fraser está no seguinte ponto: trazer a subjetivação coletiva sobre o conjunto de atividades abrangidas pela reprodução social como um fator determinante na fundamentação e funcionamento da própria. Essa expansão faz parte da atualização proposta pela filósofa frente ao extenso e complexo debate enfrentado no feminismo e na filosofia de conjunto a respeito da pós-modernidade e como ela pode atravessar questões em debate permanente.

---

<sup>6</sup> Nesta altura, cabe uma consideração em parênteses: quando falo de feminismo ocidental tento me posicionar, ainda que sem entrar por enquanto no mérito dessas diferenciações, pela defesa de vários pontos de nascedouro da problemática feminista. Para as feministas que produzem suas interpretações teóricas junto às dinâmicas dos movimentos sociais, já é há algumas décadas insuficiente manter a noção guarda-chuva de um feminismo único. Contudo, também por uma posição de filiação interpretativa e política, há dificuldade em assumir a insígnia dos 'feminismos' como modo de solução para as diferenciações postas em cena. Como colocarei adiante neste mesmo texto, a concepção de largada aqui adotada é caracterizar o feminismo como resposta teórica e/ou organizativa-coletiva diante de uma situação geral em que se estabelece um conflito social a partir dos marcadores de gênero. No ocidente, sobretudo no século XX (que é o nosso recorte histórico preferencial), a massificação das respostas a esse conflito social se dá em grande medida a partir das problematizações sobre a reprodução social e o que originalmente se conceituou como divisão sexual do trabalho. Para efeito de simplificação historiográfica, essa forma crítica do capitalismo em parceria com o feminismo está datada no que se convencionou nomear como segunda onda do feminismo. Não adotarei igualmente essa metodologia de blocos históricos, por razão semelhante que deixo de lado a ideia de feminismos, que é a de não adentrar em métodos de cisões de conceito ou tempo. Adoto portanto a ideia de um único fundamento definidor de feminismo que situa-se em diversos contextos sociais e políticos, gerando, portanto, diferentes receituários para o problema em quadros histórico-conjunturais específicos. Esse recurso analítico se fará fundamental mais adiante quando colocarmos em cena os protocolos debatidos dentro da democracia defendida pelo neoliberalismo progressista, em que identificamos uma fauna de fragmentos organizativos do Estado, das identidades, da economia e da própria experiência subjetiva dos sujeitos diante da experiência cidadã em sociedade. O antídoto e a recusa para uma ideologia das fragmentações, assim parece, é adotar uma posição radicalmente histórica para esta análise.

<sup>7</sup> FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate*. Uma conversa na teoria crítica. Boitempo, 2020, pág. 48.

Não é o caso abrir um desvio imediato do objeto proposto para enfrentar essa imensa complexidade que são as disruptividades postas pela pós-modernidade. Para o momento, vale citar o capítulo de *Debates feministas*<sup>8</sup>, também de co autoria de Fraser em que estabelece interlocução muito profícua entre Seyla Benhabib e Judith Butler, na expectativa de estabelecer pontos de contato entre a teoria crítica e o pós-estruturalismo<sup>9</sup>. Lá Fraser não se limita a usar as ferramentas da teoria crítica para meramente descrever o sistema de gênero e o patriarcado, mas, sim buscará “desenvolver uma *concepção expandida de capitalismo* que consiga incorporar os insights de todos os paradigmas”<sup>10</sup> e que tais conceitos pautados pelos e pelas pós-estruturalistas aumentam nossa capacidade analítica diante do fenômeno observado e teorizado, pois “uma compreensão completa da reprodução social precisa integrar as preocupações das feministas marxistas e socialistas com aquelas da teoria da subjetivação, *habitus*, cultura, mundo da vida e da eticidade”<sup>11</sup>.

Em suma, a adesão à esta concepção de princípio historiográfico e marxista é imprimir a “perspectiva de gênero sobre a história do capitalismo - para além da ‘história das mulheres’ ou da história do trabalho assalariado”<sup>12</sup>, permitindo, assim, que se tome por possibilidade que, diferente do que a tradição marxista postula na modernidade, conceitos como trabalho produtivo e reprodutivo sejam atualizados, conferindo espaço para rearranjos conceituais, inclusive, de fundamentos originários como da acumulação primitiva<sup>13</sup> que, visto nesta perspectiva particular, ganha caráter de processo permanente, e mais não localizado num frame particular da história. Puxando para mais adiante o fio do tempo, pode-se dizer que problematizar essa questão é, também, problematizar a suposta função civilizatória do capitalismo e das formas políticas de gestão do Estado que estão reunidas na ideia de democracia.

---

<sup>8</sup> BENHABIB, S.; BUTLER, J.; CORNELL, D.; FRASER, N. *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. Editora UNESP, 2018.

<sup>9</sup> “Sustento que as feministas não têm de escolher entre a Teoria Crítica e o pós-estruturalismo; podemos, em vez disso, reconstruir cada abordagem de modo a reconciliá-las. Assim, argumento a seguir que a disputa Benhabib-Butler evoca falsas antíteses e polarizações desnecessárias.” BENHABIB, S.; BUTLER, J.; CORNELL, D.; FRASER, N. *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. Editora UNESP, 2018, pág. 94.

<sup>10</sup> FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate*. Uma conversa na teoria crítica. Boitempo, 2020, pág. 49.

<sup>11</sup> *idem*.

<sup>12</sup> FEDERICI, S. *O patriarcado do salário*. Notas sobre Marx, gênero e feminismo. Boitempo, 2021, pág. 83.

<sup>13</sup> FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2017.

### 3. Democracias liberais: sentidos e contradições

A noção de democracia elaborada no pós-Guerra é uma promessa de reforma do capitalismo. É preciso destacar que a fonte de tal proposição está na suposta capacidade dos regimes democráticos reagruparem as partes da cisão profunda imposta ao mundo em dois atos: as revoluções socialistas desencadeadas em países da periferia do capitalismo, produzindo uma potência global antagonista ao modo de produção capitalista - a URSS - e a derrota desta mesma experiência soviética, totemizada na queda do muro de Berlim de 1989. A necessidade global de reunião de pólos fissurados pelo socialismo permitiu que doutrinas social-democratas construíssem hegemonia no campo das teorias e exemplos aplicados, monopolizando o sentimento de capacidade de universal de representação de todo um povo. De imediato, destaco que não será central para essa leitura retomar este grande e histórico evento, nem será prioridade proceder com a recuperação de fontes que descrevam e analisem a “era do extremos”<sup>14</sup>. Antes disso, adota-se para efeito deste estudo, enquanto ferramenta, a leitura de que esse modelo de reunião de pólos está desgastado, e que a ideia de reformas e ajustes que prometeu a social democracia encontram-se em profunda crise, sobretudo se considerarmos eventos recentes que aplacaram o capital internacional, tal a crise imobiliária de 2008.

Ainda no tópico dos destaques, apesar de redundante, cabe salientar que não se trata de limitar esta análise ao desempenho ideológico das forças que preencheram o fórum dos democratas liberais, visto a possibilidade de verificar vastas experiências e pensadores progressistas que teorizaram e aplicaram formas de administração do sistema nas últimas décadas. Dito isso, considere-se que vivemos desde do início do século XXI imersos em crises nos regimes democráticos, e entre inúmeros vetores que compõem o tecido desta crise, destaco uma crise interna a esta: a crise da representatividade.

A derivação da crise da democracia representativa provém da crise econômica mais atual e, a partir da verificação obtida por grupos sociais organizados e sub representados do ponto de vista econômico e político na disputa junto ao Estado, exatamente pela conquista e consolidação de processos políticos mais participativos e mais direitos constitutivos<sup>15</sup>. O resultado da desestabilização na relação entre povo e regime gera um conjunto de processos populares indignados que resultaram, inclusive, em laboratórios diversos de contestação da democracia. Um exemplo é o de atualizações da forma neoliberal na economia orientada por

---

<sup>14</sup> HOBBSAWM, E. *A era dos extremos*. O breve século XX. Companhia das Letras, 2000.

<sup>15</sup> STREECK, W. *Tempo comprado*. A crise adiada do capitalismo democrático. Boitempo, 2018.

uma política regressiva nos costumes e nas relações laterais internacionais, organizando uma agenda de demandas pela redução de direitos para grupos socialmente subalternizados e o resgate de valores conservadores. Sob o termo guarda-chuva de *alt-right* (ou novas direitas, direitas alternativas), vislumbramos neste exato momento da conjuntura internacional uma resposta anti-imperialista inclinada à extrema direita com grande potencial organizativo e profunda conexão com bases populares. É seguro afirmar que vivenciamos um processo de desdemocratização do capitalismo.

A ponta à direita das respostas de questionamento da democracia não será objeto de análise aqui, mas sim, a ponta oposta: a de movimentos sociais e seus massivos levantes populares organizados mundialmente pela exigência de mais direitos, mais participação política, *mais* democracia. Essa ponta esquerda coloca na ordem do dia a demanda que aqui me disponho, a de atravessar as teorias da democracia pela crítica e pela proposição de superação desta a partir de uma forma expandida de participação popular, em particular, do movimento feminista, o que significa conceber uma doutrina democrática sob a perspectiva de gênero. É parte dos investimentos deste estudo mapear e se debruçar sobre as produções filosóficas de teóricas e teóricos que tem pavimentado esse caminho. Diante deste diagnóstico, é necessário destrinchar a noção de que não há saídas para a democracia liberal, e de que é nela que reunimos o melhor modelo de governança possível:

Enquanto as relações capitalistas colonizaram novas esferas da vida - conhecimento, tecnologia, cultura de massas - a propaganda triunfalista do neoliberalismo anunciava que o mercado e a democracia representativa parlamentar eram as formas finais da socialização humana<sup>16</sup>.

Já estabelecendo uma primeira conexão entre os aspectos da subjetivação da reprodução social e suas simbologias da diferenciação de gênero frente a colonização da cultura de massas pelo neoliberalismo, é possível pensar que a própria democracia liberal absorve e opera pela replicação dos ícones do sofrimento de mulheres e outros grupos de pessoas marginalizadas social e economicamente. Aqui reside um enlace decisivo entre sistemas de opressão e engrenagens de produção. Um dos facilitadores desta codependência é a cisão profunda entre economia e política, que acaba por resultar na manutenção de um conjunto de instrumentos de dominação social a fim de conferir maior liberdade ao mercado.

---

<sup>16</sup> MEDEIROS, J. *A nova esquerda na América Latina*. Partidos e movimentos em luta contra o neoliberalismo. Autonomia Literária, 2022. pág. 42.



Em termos objetivos, a experiência coletiva da democracia é instrumental e não acumula para a conferência de mais liberdade, direitos e poder econômico aos eleitores. Voltando os olhos para as lutadoras sociais do movimento feminista, a percepção dessa troca improdutiva produz uma pauta fundamental e também presente em diversos movimentos sociais da atualidade, que é a exigência por participação real dos procedimentos de deliberação coletiva. A mediação representativa pelos poderes do Estado encontra-se em xeque, e há diversas respostas sendo articuladas por economistas e politólogos. Interessa, por isso mesmo, inserir nesta fórmula os e as intelectuais que formulam suas saídas da margem da experiência democrática e suas incompletudes para ao centro da formulação política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, C. *Ligações perigosas*. Casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. Usina Editorial, 2019.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%*. Um manifesto. Boitempo, 2020.

BENHABIB, S.; BUTLER, J.; CORNELL, D.; FRASER, N. *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. Editora UNESP, 2018.

BURKE, P. *O que é história cultural?* Zahar, 2008.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão de identidade. Civilização Brasileira, 2017.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Civilização Brasileira, 1977.

FEDERICI, S. *O patriarcado do salário*. Notas sobre Marx, gênero e feminismo. Boitempo, 2021.

\_\_\_\_\_. *O ponto zero da revolução*. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

\_\_\_\_\_. *Calibã e a Bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Gaudí Editorial, 2009.

FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate*. Uma conversa na teoria crítica. Boitempo, 2020.

FRASER, N. Marketization, social protection, emancipation. Toward a neo-Polanyian conception of capitalism crisis. IN CALHOUN, C.; DERLUGIAN, G. *Business as Usual*. The roots of the global financial meltdown. Nova York University Press, 2011.

\_\_\_\_\_. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Autonomia Literária, 2019.

FRATESCHI, Y. *Participação social institucionalizada para a democratização da democracia*. Revista Dois Pontos, v. 13, n. 2., 2016: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/20176/13346>

\_\_\_\_\_. *Democracia, direito e poder comunicativo*. Arendt contra Marx. Revista Dois Pontos, v. 7, n. 4, 2010: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/20176/13346>

\_\_\_\_\_. *Seyla Benhabib com Hannah Arendt contra a filosofia do sujeito*. Caderno CRH, v. 33, p. 1-17, 2020: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Xjw56dWXcr4qcfq5ftYQ6dG/?format=pdf&lang=pt>

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Ensaios, intervenções e diálogos. Zahar, 2020.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Civilização Brasileira, 2022.

HANAGAN, M. Social Movements, incorporation, disengagement and opportunities - “a long view”. IN Giugni, M. G. McAdam, D.; Tilly, C. *From Contention to Democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX*. Companhia das Letras, 2000.

HOOKS, B. *Teoria feminista. Da margem ao centro*. Perspectiva, 2019.

KOLONTAI, A. *A nova mulher e a nova moral sexual*. Editora Expressão Popular, 2011.

LA SERRA, C. *La transformation del mundo del trabajo. Representaciones, prácticas e identidades*. CLACSO/CICCUS Editorial, 2010.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista. Por uma política democrática radical*. Intermeios, 2015

MIES, M. *Patriarchy and accumulation on a world scale. Woman in the international division of labor*. Zed, 1986.

MEDEIROS, J. *A nova esquerda na América Latina. Partidos e movimentos em luta contra o neoliberalismo*. Autonomia Literária, 2022.

MÉZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. Boitempo, 2019.

MOUFFE, C. *Por um populismo de esquerda*. Autonomia Literária, 2019.

PRECIADO, J. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. IN GOHN, M. G.; BRINGEL, B. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Vozes, 2012.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Zahar, 1984.

STREECK, W. *Tempo comprado. A crise adiada do capitalismo democrático*. Boitempo, 2018.

VOGEL, L. *Marxism and the oppression of women. Toward a unity theory.* Haymarket, 2014.

WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos direitos da mulher.* Boitempo, 2016.